

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS – DHP
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GABRIEL TACIANO DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA INFÂNCIA: uma
análise sobre as cirandas infantis, nos Encontros Estaduais das
Crianças Sem Terrinha (MST-PB)**

João Pessoa – PB

2015

GABRIEL TACIANO DE OLIVEIRA

**FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA INFÂNCIA: uma
análise sobre as cirandas infantis, nos Encontros Estaduais das
Crianças Sem Terrinha (MST-PB)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como exigência parcial a obtenção do título de Graduação em Pedagogia, no período 2014.2.

João Pessoa – PB

2015

GABRIEL TACIANO DE OLIVEIRA

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR NA INFÂNCIA: uma análise sobre as cirandas infantis, nos Encontros Estaduais das Crianças Sem Terrinha (MST-PB)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Curso de Pedagogia – área de aprofundamento em Educação do Campo, como exigência parcial a obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Paula Ferreira Romão de S. Ferreira /UFPB
Orientadora

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonseca /UFPB
Examinador

Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista /UFPB
Examinadora

À minha amada mãe Mariza Taciano Leite, ao meu pai Geraldo de Moura Leite Filho, à minha irmã Karla e meu irmão Bruno, aos meus sobrinhos Diego e Vinicius, a minha tia Fátima, minha avó Dona Cecy, a minha orientadora, incentivadora e amiga Ana Paula Romão de Souza Ferreira.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao “Criador” pela minha existência. Agradeço a todas as pessoas que me deram força e contribuíram para essa última atividade da graduação do Curso de Pedagogia – Educação do Campo, UFPB, alavancar e fechar essa fase de minha atividade acadêmica. No percurso das atividades realizadas nesses cinco anos de academia encontrei na minha turma, a 2009.2, às amigas Cacilda Gonçalves da Silva, Marta Sueli, Núbia Gomes, Maria Raquel, Luédma, Jakeline, Nadirjane, Josiene, Ana Rebeca, Flávia, Mitchely, Alcicleide, Manuela e Karla que passaram certamente a fazer parte de minha família e do meu círculo de amizade, os quais, em algumas vezes, me deram ânimo para prosseguir, e, em outras retribuí com a mesma intensidade a força para seguirem em frente.

À minha família, minha mãe, amiga e maior incentivadora Mariza Taciano de Oliveira, e meu pai Geraldo de Moura Leite Filho, à minha irmã Karla e meu irmão Bruno, aos meus sobrinhos Diego e Vinicius, a minha tia Fátima, minha avó Dona Cecy e ao meu avô Walter que não está mais entre nós.

Aos nossos queridos professores que contribuíram muito na nossa formação e que levarei como verdadeiros mestres, os meus sinceros agradecimentos.

Dessas pessoas destaco, primeiramente, a minha orientadora querida Ana Paula Romão de Souza Ferreira, a quem tanto admiro e responsável por boa parte do processo de formação nesse curso. Agradeço pela oportunidade e confiança, quando aceitou compartilhar comigo a responsabilidade do meu Trabalho de Conclusão de Curso, e que soube a todo o momento considerar minhas limitações, mas também o melhor de mim e, conseguiu, com sua simplicidade e sabedoria, me indicando os caminhos, as trajetórias a serem traçadas nessa caminhada.

Agradeço a todos os professores da jornada ao longo do Curso e destaco as Professoras Maria do Socorro Xavier Batista, a Eliane Maciel, aos Professores Severino Bezerra da Silva, Luciano de Sousa, Alexandre Magno, Fábio Fonseca e Orlandil Moreira.

E, mais uma vez, aos professores convidados para avaliar o nosso Trabalho de Conclusão de Curso, professora Socorro Xavier e Fábio Nascimento, que, com certeza contribuíram, ainda mais, com o meu posterior crescimento acadêmico.

*“Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em
tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível
de mudar.” (BRECHT, 1898)*

RESUMO

Este trabalho analisou as cirandas infantis realizadas nos Encontros Estaduais das Crianças Sem Terrinha da Paraíba, sua dinâmica e o impacto na formação em Educação Popular dos estudantes de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo), que participaram na condição de observadores e oficinairos das cirandas, no período de 2010 – 2014. A metodologia utilizada foi centrada na pesquisa-ação e os sujeitos da pesquisa foram os integrantes do movimento social Sem Terra, adultos e crianças envolvidos; estudantes e gestora do Curso de Pedagogia. Utilizamos referências de: Freire (1987); Arroyo (2006); Caldart, Molina e Jesus (2004); Gohn (2011); Pistrak (2000); Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012), entre outros. Compreendemos que não apenas a educação escolar, mas a educação popular que é planejada e efetivada como uma ação emancipatória pode ser construída enquanto um processo colaborativo visando o pleno direito ao conhecimento e a sociabilização dos saberes. Nesse sentido, os Encontros dos Sem Terrinha contemplam um trabalho, pedagógico que se fundamenta nas necessidades das crianças e do saber local e da pedagogia do Movimento Sem Terra. Desenvolvido através de brincadeiras, jogos, místicas e rodas de diálogos, como um espaço de resistência na luta por terra e educação, na formação da identidade do sujeito camponês. Construindo, além disso, um espaço de dialogicidade entre camponeses e universitários.

Palavras-chave: Educação Popular, Movimentos Sociais e Sem Terrinha.

ABSTRACT

This study analyzed the infant sieves carried out in the State Meetings rural children of Paraíba, its dynamics and the impact on training in Education Popular education students (deepening area of Rural Education), who participated as observers and workshop of sieves, in the period 2010 - 2014. The methodology used was focused on action research and the research subjects were the members of social movements Landless, adults and children involved; students and manager of the Education Course. References used: Freire (1987); Arroyo (2006); Caldart, Molina and Jesus (2004); Gohn (2011); Pistrak (2000); Caldart, Pereira, Alentejo and Frigotto (2012), among others. We understand that not only school education, but the popular education that is planned and carried out as an emancipatory action can be built as a collaborative process to the full knowledge and socialization of knowledge. In this sense, the meetings of rural children include a job, teaching that is based on the needs of children and the local knowledge and the Landless Movement pedagogy. Developed through play, games, mystical and dialogues wheels, as a space of resistance in the struggle for land and education, training of the identity of the individual peasant. Building furthermore a dialogical space between farmers and university.

Keywords: Popular Education, Social Movements, rural children.

LISTA DE SIGLAS

CE	- Centro de Educação
CCS	- Centro de Ciências de Saúde
CNE/CEB	- Conselho Nacional de Educação da Câmara da Educação Básica
DHP	- Departamento de Habilitações Pedagógicas
ENERA	- Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
MEC	- Ministério da Educação
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terras
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1	- VII Encontro dos sem Terrinha.....	30
FOTO 2	- Oficinas no VIII Encontro dos Sem Terrinha.....	31
FOTO 3	- Plenária dos Sem Terrinha (VIII Encontro).....	31
FOTO 4	- Dia da criança – Acampamento Wanderley Caixe.....	32
FOTO 5	- Abertura do X Encontro dos Sem Terrinha.....	32
FOTO 6	- Ato das crianças solidárias aos cinco presos políticos cubanos.....	33
FOTO 7	- Oficina lúdica em Mari.....	33
FOTO 8	- Oficina culinária.....	34
FOTO 9	- Oficina Corte, colagem e beleza.....	34

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1	- Quanto ao sexo	37
-----------	------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- Período no Curso de Pedagogia.....	36
QUADRO 2	- Faixa etária.....	37
QUADRO 3	- Temática/Ação Pedagógica na oficina ministrada.....	38
QUADRO 4	- Em sua opinião, quais foram as oficinas mais atrativas, quanto à ludicidade?.....	39
QUADRO 5	- Esta experiência lhe ampliou conhecimentos no campo teórico/prático sobre educação do campo.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	14
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO HUMANA.....	16
2.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, PROPOSTAS E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS.....	18
2.1.1 As diretrizes educativas do Movimento Sem Terras para a infância.....	23
3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: A FORMAÇÃO E SUAS CIRCULARIDADES.....	25
3.1 SÍNTESE CONTEXTUAL DAS LUTAS POR EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	25
3.2 EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO.....	27
4 MEMÓRIA/VIVÊNCIA DOS/NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA (MST-PB).....	29
4.1 A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA.....	29
4.2 A PARTICIPAÇÃO DA COORDENADORA DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA.....	35
	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

A Formação na infância para às crianças provenientes do campo devem ter respeitados sua singularidade, identidade, sua cultura e valores, considerar seu “pensar”, no contexto da realidade local e conexões entre seus saberes e potencialidades para aprendizagens, extra salas de aulas, no intuito da busca de uma educação de qualidade. A alfabetização, letramento e a conscientização da realidade social em que estão inseridos não devem ser apenas refletidos nas escolas, mas em espaços e aparelhos sociais em suas comunidades, no caso das crianças acampadas e assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, esse espaço dentro do movimento tem concentração como prioritário dentro do Encontro Estadual dos Sem Terrinha da Paraíba, que propicia momentos de formação, cultura popular e o brincar, trabalhando cirandas infantis através do lúdico, interação das crianças do Estado e a reflexão das diversas realidades por elas vivenciadas.

A escolha de trabalhar com a temática dos espaços formativos dos Encontros dos Sem Terrinha do MST da Paraíba, se deu a partir da minha experiência iniciada em 2010, no VII Encontro Estadual dos Sem Terrinha da Paraíba, realizado na Escola Municipal Luiz Augusto Crispim, em parceria com o Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, coordenado pela profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista e seus orientandos de projetos e estudantes voluntários, do qual tive, a experiência de trabalhar como oficinairo ministrando conteúdos focalizados em temas geradores sobre a realidade local. O público participante foram as crianças oriundas dos acampamentos e assentamentos do Estado da Paraíba. Juntamente com demais militantes educadores, militantes e dirigentes do movimento MST. Trabalhamos a socialização, criação de jogos com materiais reciclados, a sua historicidade, às necessidades da comunidade e a educação do campo como uma educação mais justa e democrática e que vivencia a realidade local sem se excluir do processo educativo/formativo geral.

Os Encontros promovidos pelo MST da Paraíba voltados para as crianças, nos remete as questões: Como está sendo desenvolvida a Formação de Crianças do MST, nos Encontros Estaduais das Crianças Sem Terrinha? E, qual a relevância Educativa / Formativa para os estudantes de Pedagogia (Área de Aprofundamento em Educação do Campo) nessa prática pedagógica?

Diante disso, este estudo teve como objetivo geral investigar como está sendo desenvolvida a Formação de Crianças Sem Terrinha ao longo do encontros e a relevância para os estudantes de Pedagogia nessa prática pedagógica.

Tendo como objetivos específicos identificar com se dá o processo de formação das crianças nos encontros dos Sem Terrinhas; investigar como a temática de educação do campo é discutida nos encontros; compreender qual a importância das formação através do lúdico e sua relação com a reflexão-ação.

1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Para efetivar as proposições desta investigação optamos pela abordagem qualitativa, do tipo investigação-ação. Segundo Severino (2007, p.120):

[...] a pesquisa-ação é aquela que, além de compreender visa interferir na situação, com vistas a modificá-la. O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas.

Para tanto, como procedimentos técnicos de coleta de dados nesta investigação, adotamos o diário de campo, entrevistas, aplicação de questionários, fontes iconográficas, vídeos do evento (Encontro dos Sem Terrinhas) e o diálogo com os sujeitos envolvidos.

Sendo os Sujeitos da Pesquisa: Crianças do MST, Estudantes e Coordenadora do Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, Militantes e Dirigentes do MST – PB. Por uma metodologia dialógica, numa perspectiva,

embasada por Freire (1987), pois buscando a interação dos sujeitos e troca de saberes entre professores, e gestores da escola problematizando questões pertinentes para a formação, na perspectiva de analisar a troca de conhecimentos e como esta inserida novas práticas educativas na temática da educação do campo que venham a contribuir para a melhoria das condições da educação e da vida.

Segundo Freire o diálogo é um importante instrumento na reflexão dos homens sobre sua situação no mundo com vistas a sua transformação, “o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. (1987, p.45)”.

Podemos entender que o diálogo é o principal instrumento metodológico das oficinas pedagógicas e do processo de pesquisa, e de formação. O diálogo realizado entre sujeitos e fontes possibilitou sistematicamente a construção de um mosaico memorialístico, através dos relatos e respostas dos questionários e entrevistas. E, aqui, compreendemos que a memória vive em constante disputa de representação, e, portanto, é uma construção histórica em que os sujeitos diretamente envolvidos se reinventam, sobretudo, através da reflexão e ação. (LE GOFF, 1996).

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS DE EMANCIPAÇÃO

Os movimentos sociais são matrizes geradoras de saberes e de inovações, pois não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Portanto, para analisar esses saberes, devemos buscar as redes de articulações em que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e questionar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para a compreensão que geram as aprendizagens e como também os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interação (GONH, 2011).

A atuação dos movimentos sociais, na sociedade vem sendo constituída ao longo de um processo histórico, e dividimos o movimento em dois momentos, “Os chamados movimentos sociais ‘velhos’ e/ou novos, continuam ocupando a cena e conseguem reafirmarem que acompanha a humanidade por onde quer que ela ande! (FERREIRA, 2007, p.20)”

Segundo Xavier Neto (2007) a classe burguesa detém o capital e instrumentos de produção e os trabalhadores vendem a sua força de trabalho, transformam a natureza, que a produção não lhe pertence, o excedente gera lucro apenas ao capitalista e nada representa ao trabalhador, sendo assim, a mais-valia. Esse produto constituído pelo trabalhador pelo seu suor, não lhe pertence ao seu ser. Essa forma de organização gera exploração e consequentemente conflitos.

Para Araújo e Silva (2011), no que tange ao latifúndio no Brasil sempre colocou o camponês em condição de exclusão social em diferentes temporalidades, espacialidades e especificidades, desde da tomada de decisões em diversos âmbitos, como a exclusão social ao prejudicar o acesso do sujeito do campo aos frutos do seu trabalho, pois detém o controle dos meios de produção agrário podendo ser observados na forma de tratar e desqualificar o trabalhador do campo e seus familiares. Como um ser excluído e inferior, ausente na apropriação dos resultados do seu trabalho.

Segundo Ferreira que remete as reflexões de Warren (2007), sobre os fenômenos inerentes dos processos de mudanças que geram conflitos, marcam indivíduos ou grupos que não estão de acordo com determinada situação, logo, o conflito é o primeiro elemento formador dos movimentos sociais. Compreendemos, portanto, que é na falta e negação de direitos mínimos que o elemento conflito é impulsionador nos movimentos sociais.

Com a negação de acessos aos direitos básicos e na falta do Estado e do sistema econômico usurpador, que não assegura esses direitos, como saúde, educação, moradia, e não respeita às diversidades, os movimentos sociais se organizam e cobram políticas de inclusão social:

E é na incapacidade do sistema econômico atender às necessidades da sociedade civil, que este produz cada vez mais conflitos e, por conseguinte, os grupos sociais traçam objetivos (ações coletivas); organizam-se (elaboram um projeto) e disputam poder (acumulam forças), seja numa perspectiva de enfrentamento direto com Estado, seja em suas bases de sustentação (estrutura), ou ainda no enfrentamento do caldo cultural cotidiano provocado pelo capitalismo – o patriarcado, o racismo, o consumismo e o xenofobismo, enfim, combatem o preconceito e a intolerância (FERREIRA, 2007, p. 20 – 21).

Percebe-se que a falta de respeito aos atores sociais, individuais e coletivos, na privação e desrespeito aos direitos humanos, os movimentos sociais se organizam, em ações coletiva, com um projeto para o enfrentamento com o sistema hegemônico pelo capital.

Para Batista (2007, p. 217) os movimentos sociais “são ações coletivas que se desenvolvem numa esfera sociocultural, onde sujeitos coletivos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e que buscam mudar a sociedade em que vivem”. Compreende-se, portanto, que os movimentos sociais constituídos de seus atores sociais, organizam-se como sujeitos coletivos onde suas práticas giram em torno da luta coletiva e por mudanças.

Na relação de conflitos, organização e processos de construção de conhecimentos podemos observar na reflexão de Batista:

na arena política onde se expressam os conflitos e se reivindicam direitos através de ações coletivas forjam-se saberes e práticas

educativas. Os movimentos sociais evidenciam uma produção de conhecimentos que são gerados sobre a realidade em suas múltiplas determinações, matizados pelos vários prismas dos saberes científico, do senso comum, ideológico, permeados pelas culturas populares. São saberes construídos socialmente, coletivamente, em que se entrecruzam a riqueza dos conhecimentos, saberes experiências, sentidos das culturas populares, silenciadas, negadas, vividas no cotidiano, nas estratégias de sobrevivência e de trabalho ou reificadas em artefatos e nas tradições, conhecimentos ou crenças populares expressas em provérbios, contos ou canções (BATISTA, 2007, p.221).

Podemos entender que o conflito é motivadora de ações coletivas e na construção de práticas educativas de forma coletiva, geram a produção de diversos conhecimentos e saberes, a partir das práticas, ações e reflexões do movimentos.

No processo de acumulação de forças, os movimentos sociais em sua própria organização interna, observam suas fronteiras e possibilidades de avançar com seu projeto, com estratégias, novas articulações e processos de aprendizado, fazendo constantemente o processo coletivo de constante releitura (FERREIRA, 2007).

Os movimentos trabalham muito na questão de uma educação informal, trazendo aspectos históricos, culturais, identidade coletiva entre outros, na perspectiva de uma educação popular; “[...] no campo de uma educação informal, e que se proponha a ter uma essência popular. Ou quem sabe, uma busca de espelhos, que sirvam para ver a luta de antes e seu reflexo hoje, e assim, enxergarem outros sujeitos históricos e a si mesmo/as, cruzando as dimensões entre o individual e o coletivo diante das transformações na sociedade atual (FERREIRA, 2007, p. 21)”.

Assim como, nessa educação informal que pretender ser popular, traz elementos históricos e reflexão sobre a luta, e a realidade local e global; e possibilidade num processo de diálogo e reflexão crítica de transformação social.

A construção do conhecimento dentro da organização dos movimentos podemos nos remeter a reflexões de Gonh: “A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações (GONH, 2011, p. 334)”. Dessa forma, podemos concluir, que as relações com as instituições educacionais constroem saberes nessa troca, e as ações dos movimentos são pedagógicas, pois, são

ações educativas, políticas que são geradas por meio de organização coletiva, projetos, vivências e reflexões sobre sua prática.

A educação popular vivenciada nos movimentos sociais proporciona processos educativos e de produção de saberes entre iguais, entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, mediados por práticas organizativas e discursivas em que todos são sujeitos do processo. As variadas formas e linguagens utilizadas como a música, o teatro, a mística, os símbolos, os textos escritos, a linguagem oral e todos os recursos utilizados formam uma rica contribuição para as concepções de educação. As estratégias de luta e de organização, as análises de conjuntura, contribuem como elementos metodológicos para uma educação política, para a identidade social dos sujeitos e para a construção da cidadania. (p.225)

Portanto, podemos compreender que educação popular utiliza de diversas formas de conhecimentos e saberes, a cultura, a linguagem, para uma educação política, que possibilite aos oprimidos a emancipação humana.

2.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST, PROPOSTAS E PRINCÍPIOS EDUCACIONAIS

A expansão do capital no campo gerou o aumento de sem terras e ou pequenos proprietários em situação de risco / vulnerabilidade social. Surgiu no Centro-Sul do Brasil em 1979, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, um movimento social camponês, autônomo, que luta pela terra, Reforma Agrária Popular e pelas transformações sociais necessárias; constituídos por posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores.

Para Xavier Neto (2007) as propostas/princípios educacionais do MST se preocupam na formação de quadros que possam atuar na organização do Movimento e também atuar na luta dos trabalhadores pela transformação social, buscando implementar uma proposta pedagógica vinculada as ideias da Pedagogia Socialista. De acordo com a Coordenação Nacional de Educação do MST, que no movimentos existem três vertentes, a vertente da pedagogia socialista, de Vygotsky, Pistrak, Makarenko; a

vertente da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire; e a do próprio Movimento de Arroyo e Caldart. Portanto com base em Xavier Neto e na Coordenação Nacional do MST, o movimento utiliza diferentes propostas pedagógicas de uma mesma tendência (progressista), utiliza as ideias marxistas da Pedagogia Socialista, à proposta freiriana e a construção teórica do próprio movimento, sendo que o processo educacional está vinculado à luta de classes, a uma perspectiva de enfrentamento ao capitalismo.

Devemos portanto, compreender a relação educação e trabalho, no cotidiano escolar, que permite-nos apontar a efetiva relação pedagógica de uma proposta com as possibilidades de transformação social e sua identidade ideológica.

A pedagogia socialista vertente que o movimento se inspira; pode ser compreendida na formulação de Suchodolsky citado por Xavier Neto (2007) afirma sobre essa pedagogia:

[...] de todos es bien concida la inmensa atencion que Marx conferia a la formacion vinculada com la actividad, y de que manera criticaba la instruccion escolar desligada de la vida real”, encontramos o elemento central dessa pedagogia: o vínculo direto da educação e trabalho na construção de uma nova sociedade e, na crítica severa, a propriedade privada e sua relação direta com a divisão do trabalho material e intelectual, portanto o trabalho no socialismo significa realização pelo do sujeito, sua realização e desenvolvimento omnilateral. Para Suchodolsky, a pedagogia socialista é a teoria científica da educação socialista, vinculada diretamente com a realidade histórica, já que não existe uma educação isolada do desenvolvimento econômico e social, e que esse contexto influencia diretamente no saber-fazer de professores e alunos (XAVIER NETO, 2007, p.42).

A educação proposta é voltada para a realidade do cotidiano do aluno, onde sua relação social com a terra, seu trabalho familiar com o cultivo não seja desassociado na Escola, tendo que a interação com a terra, plantio e colheita; uma relação intimamente importante na vida dos filhos e filhas dos trabalhadores camponeses e, portanto, deve ter sua realidade e seu desenvolvimento social debatidos, respeitados e atrelados na sua Escola.

Ainda segundo Xavier Neto sobre a teoria socialista (o Materialismo Histórico Dialético, enquanto método) nos diz: “situa o ser humano dentro do mundo material e especialmente dentro de suas condições socioeconômicas, e só a partir dessa compreensão da totalidade e de seus condicionantes históricos é que a Pedagogia Socialista pode ser constituída e efetivada (2007, p. 42)”, deve-se observar e interagir

com o todo na relação pedagógica, com a situação histórica e social e suas condições e determinantes socioeconômicos.

Segundo Pistrak (2000) a nova geração deve compreender qual a natureza da luta travada pela humanidade, qual o espaço da classe explorada e que espaço que deve ser ocupado por cada adolescente, portanto que cada um saiba em seus respectivos espaços travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo por um novo edifício.

Para Pistrak a educação era fundamental para a construção do socialismo na Rússia, pois deveria romper com preconceitos do capitalismo, devendo está entrelaçada a realidade social e principalmente na relação trabalho e escola, sendo assim, defendia:

O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica (Pistrak, 2000: p.38)

Portanto, a educação e o trabalho na sociedade tem como pressuposto as relações sociais para com que se desenvolvem através da problematização do significado do conceito de trabalho, sendo assim, a sociedade se reconhece através dessa relação, se organiza socialmente, não devendo se desassociar da utilidade para a realidade em que a sociedade está inserida.

De acordo com as reflexões de Pistrak (2000), toda à criação humana, seja ela, técnica, científica, artística, são as aptidão para combinar subconscientemente os elementos que contribuem para a produção do objeto que se quer criar, e a aptidão para escolher instintivamente numa série de combinações aquelas que são melhores. Também dizia que qualquer homem possui tais aptidões podendo ser em maior ou menor grau: “é preciso que a escola as desenvolva por todos os meios à sua disposição, e este é o objetivo dos novos métodos pedagógicos baseados na atividade e na investigação do aluno (PISTRAK, 2000: p.62)”. Sendo assim, defende que o trabalho deve ser a fundamental para a reflexão teórico-pedagógica e para a expressão prática da escola, vinculada à vida da realidade da comunidade.

No que concerne ao discurso proposto pela pedagogia socialista dentro das propostas do MST “esvai-se, pois não encontra respaldo numa sociedade presa aos ditames de uma ordem mantida pelo poder político da classe dominante, que a todo o momento prega conceitos de democracia e igualdade no intuito de manutenção do *status quo* (XAVIER NETO, 2007, p.54)”. Fica evidente a desagregação entre educação e trabalho mantenedora da mera reprodução do sistema vigente, não permitindo a aprimorar e a apropriação dos conhecimentos no contexto a totalidade dos educando do campo que têm sua realidade voltada para a terra e a relação social familiar voltada a produção.

O MST vem realizando experiências exitosas de uma escola diferenciada, com propostas geradas do anseio, desejos e angustias dos camponeses e que constroem coletivamente suas ações, práticas e a reflexão coletiva; dentro da Escola e fora dela.

O movimento também se alimentar da vertente freiriana, principalmente na Pedagogia do Oprimido e demais obras do educador Paulo Freire, com a pedagogia libertadora, conscientizadora que busca transformar a realidade dos oprimidos Freire (1987, p. 23): “A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação”.

Compreendemos, portanto, que com a pedagogia do oprimido, é revelado toda a opressão e se inicia a mudança teórica e prática das ações, depois busca permanentemente a transformação da realidade opressora e de constante libertação; “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão (FREIRE, 1987, p. 29)”. Percebemos que esse processo de libertação não pode ser individual e ou imposição, mais uma mediação dialógica da realidade social e um processo de construção coletiva para a plena libertação.

De acordo com Freire (1970) sobre a realidade social, que se objetiva em não existir por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade sendo na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica,

é tarefa dos homens. No tocante, cabe aos homens e mulheres lutadores/as esta tarefa coletiva, diária e árdua de compreender e transformar sua realidade.

Compreendemos melhor à apropriação das reflexões de Freire (1970), quando a sua importância para a formulação da pedagogia do próprio movimento: na pedagogia do oprimido, em face do problema da consciência oprimida e da consciência opressora; dos homens opressores e dos homens oprimidos, em uma situação concreta de opressão, que deverá ser, desvelada na coletividade, nos questionamentos a sua realidade social, mesmo quando, na problemática de seu comportamento, visão do mundo, ética e da dualidade dos oprimidos; como sendo seres duais, contraditórios, divididos, que temos de encará-los. Essa situação de opressão em que se formam, realizam sua existência, os constitui nesta dualidade, na qual se encontram proibidos de ser. Porém, que homens estejam sendo proibidos de ser mais para que a situação objetiva em que tal proibição se verifica seja, em si mesma, em uma violência real, as vezes, adocicada pela falsa generosidade a que nos referimos, porque fere a ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais. Podendo transforma e crescer toda uma coletividade que mesmo sendo marginalizada da sociedade, vista como sendo sem direitos, mas com deveres perante a sociedade e o Estado, nasceu para ser mais, para não ser contido e nem oprimido.

Portanto quando os oprimidos descobrem sua opressão e também seu opressor, que “se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua ‘conivência’ com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se seja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis (FREIRE, 1987, p. 29)”. Diante disso, a teoria é propulsora da prática e por sua vez a prática deve ter a sua devida reflexão teórica para aperfeiçoar as ações, pois, teoria e prática devem estar juntas, entrelaçadas dentro de um contexto de ação e reflexão permanente.

2.1.1 AS DIRETRIZES EDUCATIVAS DO MOVIMENTO SEM TERRAS PARA A INFÂNCIA

Para Silva, Felipe e Ramos (2012, p. 417) nas últimas décadas a infância deixou de ser conceituada no singular. Por isso, falaremos de infâncias:

Reconhecendo-se a pluralidade de práticas culturais e de modos de vida que configuram a vida das crianças em diferentes contextos sociais, geográficos e políticos [...] essa forma de compreensão de infância aponta para a impossibilidade de estabelecermos uma trajetória ‘ideal-típica’ capaz de englobar todas as infâncias, de dissolvê-las em enquadramentos conceituais à margem dos contextos sociais e culturais em que se encontram e das transações/relações que realizam.

Trata-se das diversidades culturais, políticas e econômicas e dos diferentes lugares em que as crianças estejam inseridas. Há crianças pobres e ricas; africanas e europeias, brancas e negras, do campo e da cidade etc. Conforme afirmara Philippe de Ariés (1981), em sua obra clássica sobre a história social da criança, o sentimento de mundo interno da criança é capaz de criar fantasias e “pintar” ao seu modo a vida cotidiana. Mas, elas constroem seu senso crítico e também sentem enorme vontade de transformar o mundo.

Evidente que uma criança negra percebe um olhar racista de um adulto ou de outra criança não negra. Assim, como uma criança camponesa percebe que as não camponesas a julgam como “jequinhos”. Dessa forma, crescer em uma família camponesa que está organizada em movimentos sociais significa sentir de perto a natureza, e as vivências da luta pela terra. Elas tomam banho nos riachos e açudes, andam a cavalo, brincam ao ar livre, ainda preservam cantigas de roda, mas sobretudo elas desde muito cedo sabem que foi difícil conseguir um espaço para morar, mas isso só é possível se elas forem estimuladas a refletirem sua realidade.

Daí, que o movimento dos trabalhadores/as Sem Terras pensaram nas Cirandas Infantis, enquanto um espaço educativo da infância, organizado e mantido pelo movimento, em seus assentamentos e acampamentos, seja permanente ou itinerante. Conforme conceitua Rosseto e Silva (2012, p. 125): “O nome foi escolhido pelo fato de

ciranda remeter à cultura popular e estar presente nas danças, brincadeiras e cantigas de roda vivenciadas pelas crianças no coletivo infantil”.

Desse modo, as Cirandas Infantis foram se constituindo em experiências educativas dirigidas, inicialmente, para crianças de 0 a 6 anos, mas com o passar do tempo e com o desenvolvimento do trabalho das cooperativas e das ações do movimento ampliou-se para 12, 13 e 14 anos. Ou seja, passou a ser um momento de organização para crianças e adolescentes. Ainda segundo Rosseto e Silva (2012, p. 126): “o trabalho pedagógico se funda nas necessidades das crianças ou está baseado no trabalho das mulheres envolvidas na cooperativa.” Enfim, em cada Estado, pensa sua forma de organização das cirandas. Aqui na Paraíba, tanto existem Cirandas Infantis pensadas pela parceria escola do assentamento e comunidade, quanto as Cirandas Infantis que estamos aqui focalizando, que ocorrem nos Encontros Estaduais dos Sem Terrinha.

3 EDUCAÇÃO DO CAMPO: A FORMAÇÃO E SUAS CIRCULARIDADES

3.1 SÍNTESE CONTEXTUAL DAS LUTAS POR EDUCAÇÃO DO CAMPO

A partir da década de 1960 surgiram campanhas importante para o meio rural, como: A Campanha Nacional de Educação Rural – CNER e o Movimento de Cultura Popular, na perspectiva de alfabetização e na expectativa de aliviar o sofrimento das pessoas do meio rural. A temática da educação rural de 1963 a 1990 onde surgem novas propostas governamentais para a área rural, na perspectiva de desenvolvimento, qualificando mão-de-obra para a indústria. Esse período é marcado também por iniciativas privadas no tocante a ação educativa.

Em 1967 nasce o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que utilizava técnicas de alfabetização de massas, mas sem o caráter político, com o intuito de alfabetizar o máximo possível; outra importante ação é o Movimento de Educação de Base – MEB tem como objetivo de transformação social, pela conscientização, com o MEB, despertando a consciência crítica do homem simples do campo, descobrindo seu lugar no mundo e seu valor e suas potencialidades.

Também importante para o meio rural as Escolas Família Agrícola (EFAs), como sendo uma nova forma de educação para o meio rural, trazendo a alternância na formação, sendo desenvolvida com a assimilação do conhecimento, hora na teoria e hora na prática, alternando o tempo escola e o tempo prática na comunidade. Marinho (2008) nos mostra a singularidade que é o regime de alternância; [...] A alternância é vista dentro da dimensão formativa integral, trabalhando a parte afetiva, intelectual, profissional e espiritual do educando, também tem presente a dimensão comunitária que desenvolve a consciência político-econômico-social [...] (2008, p.139).

De acordo com Araújo e Silva (2011) a opção pela alternância de tempos e espaços, pesquisas e reflexões, está fundamentada nos princípios da Pedagogia da Alternância, e que encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases (lei nº 9394/96), nos artigos 23 e 28, “se apresentava como encaminhamento mais adequado às condições de vida desse público, que dificilmente teria oportunidade e condições de frequentar, na cidade, um curso de nível médio, em regime seriado, considerado regular (ARAÚJO e

SILVA, 2011, p. 10)”. Portanto, podemos entender que a alternância respeita as temporalidades, a agricultura familiar e as especificidades dos sujeitos do campo, no tempo em que a família dedicasse ao cuidado da terra, se que isso impossibilite o acesso e permanência na educação.

Para Araújo e Silva (2011) consideram que ao alternar entre tempo-escola e tempo-comunidade, a permanência no campo propicia pensar e repensar o campo, e suas as práticas sociais desenvolvidas, possibilitam novos caminhos democráticos dentro de uma perspectiva de uma educação de participação cidadã.

Portanto, importante no processo de ensino aprendizagem do educando, podendo ir para prática, fazer uma reflexão crítica sobre sua prática ao retornar ao tempo escola e assim crescendo no processo de ação-reflexão-ação, importante em todo momento e principalmente nas práticas educativas.

No contexto mais recente, o panorama educacional após a década de 1990, podemos dizer sobre: a LDB lei nº 9394/96 que vê a educação de forma integral, abrangendo todos os aspectos da vida humana, estando presente na vida familiar, sociocultural, profissional e científica; Em 1997 A Campanha toda Criança na Escola cria as Escolas Rurais Multisseriadas para a zona rural, com a proposta de ensino por módulos, para evitar a evasão, por que si o educando saísse da escola, quando retornar-se não precisaria repetir o conteúdo já visto.

As iniciativas sobre a educação do campo vão se fortalecer a partir do I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Iº ENERA), em 1997, e posteriormente com a 1º Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, que os movimentos sociais passam a denominar de Educação do Campo, um projeto de educação emancipadora, uma nova forma de lutar e de pensar a educação para as pessoas que vivem no campo. Por meio do processo de construção desta Conferência os Movimentos Sociais do Campo passaram a sistematizar uma nova referência para o debate e a mobilização popular: *Educação do Campo* e não mais educação rural ou educação para o meio rural (CALDART, 2004).

A partir desse momento fica um divisor entre educação rural a educação para mão-de-obra, para ler e escrever, e ser reprodutora do sistema vigente e a educação do campo propostas pelos próprios atores sociais presentes no e do campo, refletindo sobre

suas ações pensando na educação local e suas especificidades sem esquecer da educação global e seu reflexos sócio históricos na sociedade.

De acordo com Lima (2013) sobre a lutas dos movimentos sociais “projetam um novo campo com um público que não aceita mais as tradicionais políticas de manutenção precária das escolas rurais. Um novo campo exige novas políticas educacionais pautadas nas reivindicações e necessidades da população campestina (LIMA, 2013, p. 61)”. Não sendo mais possível uma relação pacífica de reprodução educacional, no tocante a autora remete-se a Arroyo citado por Lima (2013, p. 62); no “reconhecimento dessa nova dinâmica humana que se revela no campo poderá ser o alicerce de novas políticas educativas [...] as velhas e tradicionais políticas improvisadas não servem para uma dinâmica cultural e política que é outra. A exemplo de novos currículos voltados para os “saberes da Terra”, “Cirandas Infantis”, entre outras. Não serão suficientes políticas pontuais, corretivas nem compensatórias, mas serão necessárias políticas públicas que tentem dar conta da complexa e esperançadora dinâmica do campo”. Portanto, novas metodologias, propostas e princípios são elaborados pelo próprio movimento e parceiros na busca da efetivação de uma educação de qualidade voltada a sua realidade e especificidades; sendo necessária visualizar a educação do campo como ruptura de uma educação para mão-de-obra para uma educação para a totalidade dos sujeitos a ela vinculados, assim, deve ser compreendida como uma política pública primordial para a transformação da educação e da realidade social.

3.2 EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Com o divisor no ano de 1998 na 1ª Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, inicia o debate e construção de uma nova educação para meio rural, a educação do campo, que diferencia da educação rural. Essa nova educação proposta e construída pelos sujeitos do campo, sociedade civil, movimentos sociais, está ligada diretamente à educação popular, trabalhando as realidades, especificidade; pois a educação do campo necessita de novas formas de construção do conhecimento, segundo Arroyo (2004, p. 4), “falar em política pública da Educação do Campo é equacionar novas posturas, novas estratégias, novas diretrizes e, sobretudo novas bases capazes de alicerçar o que o antigo tratamento nunca garantiu: a educação como direito dos povos

do campo”. Em vista disso percebe-se a importância da educação do campo como uma nova construção de conhecimento, de conceitos e principalmente como direito básico dos atores sociais do campo à educação de qualidade.

A necessidade de mudança de conceitos e diretrizes educacionais ultrapassa apenas combater a educação voltada para mão-de-obra para a indústria, ou para manter os atores sociais do campo amordaçados no silêncio e sem perspectiva; a mudança passa pela concepção e apropriação do coletivo e seus direitos serem respeitados. Para Arroyo “Os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – a escola, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas” (ARROYO, 2006, p. 9). Portanto, a compreensão da educação como direito e como uma relação dialógica e também dialética, logo, efetivará com a construção coletiva dos sujeitos do campo pelo seus direitos.

Segundo Caldart (2004) a Educação do Campo é fruto da contradição de classe no campo e se constitui enquanto movimento e reflexão pedagógica. A autora (2004, p. 13) diz: “O movimento inicial da Educação do Campo foi o de uma articulação política de organizações e entidades para denúncia e luta por políticas públicas de educação no e do campo, e para mobilização popular em torno de outro projeto de desenvolvimento”. Dessa forma, existe um forte movimento de mudança, de uma nova política sendo desenvolvida por teóricos e pelos movimentos sociais em busca de novas possibilidades, para conquistar políticas públicas eficientes para a educação do campo.

De acordo com Batista (2007. p. 216) sobre a educação popular revela que “compreende uma teoria educacional e práticas pedagógicas. Ao longo de sua história tem assumido características e concepções distintas. Ela tem suas origens, na América Latina, nas lutas populares contra a opressão, as desigualdades e a exclusão social e educacional. Na cena política onde se expressam os conflitos e se reivindicam direitos através de ações coletivas forjam-se saberes e práticas educativas”.

Portanto, a Educação Popular questiona as relações sociais e políticas que oprimem, excluem e aumentam as desigualdades de forma coletiva e participativa.

A educação popular no Brasil, é para Batista, um dos consensos sobre a Educação Popular é que ela é uma educação feita pelo povo ou para o povo. Ou seja, é uma educação que tem uma identidade com as chamadas classes populares, com seus interesses, suas culturas. Tem um compromisso político com a história dessas classes e

setores subalternos e com as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade na perspectiva desses setores (2007. p. 218).

Compreendemos portanto, que a educação popular é pensada na construção coletiva do povo para o povo, com identidade própria, pela transformação social e com a valorização de sua cultura.

A educação popular promove a cidadania, emancipação humana, a cultura democrática e solidária e norteia-se pela liberdade, para além da liberdade da ideologia liberal/neoliberal. Ela se apresenta como construção coletiva de resistência, de enfrentamento às imposições das políticas educativas oficiais e como negação da negação ao direito à educação (BATISTA, 2007, p.221).

Percebemos com isso, que a educação popular é libertadora de práticas opressoras e visa a emancipação humana e cidadã, por meio de construção coletiva e práticas de enfrentamento a ordem vidente excludente, para a efetiva realização de uma educação popular, de uma educação específica para o campo devemos ter a conquista da escola como espaço de luta e de construção coletiva da comunidade, movimentos sociais e a comunidade escolar.

Para Araújo e Silva (2011) sobre o processo educativo dentro de uma concepção de Educação Popular,

[...] desvendar o mundo a partir da análise de suas contradições, que muitas vezes parecem, aos olhos dos menos esclarecidos, algo natural, espontâneo, quando na realidade se está diante de interesses de poucos que buscam justificar a divisão da sociedade em classes numa perspectiva da fatalidade, ou seja, de que “as coisas são as mesmas assim (ARAÚJO e SILVA, 2011, p. 48).

Nesse sentido, o processo educativo deve visar a realidade e refletir de acordo com ela suas práticas, não deixar a mesmice da mera reprodução social.

Sobre a conquista da escola em assentamentos “representa a continuidade de várias lutas desencadeadas pelos camponeses há séculos, o que implica em um movimento contínuo na luta pela inclusão social (ARAÚJO e SILVA, 2011, p. 28.), o professor do campo deve possuir uma formação que se coadune com sua realidade, uma formação de professores camponeses para que atuem no e pelo campo, possibilitando a apreensão da realidade camponesa pelos próprios sujeitos. “A Educação Popular cumpre a função enquanto proposta teórica e prática para formar os professores camponeses, pois tem como base a lógica de vida e trabalho do cotidiano das pessoas

que habitam um determinado espaço, mostrando-lhes o sentido e a lógica das relações sociais aí dinamizadas, e propondo práticas sociais que venham a transformar as relações sociais aí existentes (ARAÚJO e SILVA, 2011, p. 48)”.

Sendo assim, a luta por educação popular passa ser uma luta constante de desenvolvimento social dentro dos acampamentos e assentamentos como forma de alcançar a inclusão social coletiva, que tem que ter sua permanência na educação, na formação e transformação social.

4 MEMÓRIA/VIVÊNCIA DOS/NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHAS (MST-PB)

O I Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinhas da Paraíba ocorreu em 1997, no Centro Cultural Piollin, localizado no Parque Arruda Câmara, município de João Pessoa. Esse espaço foi pensado a partir de sua estrutura abarcar possibilidades de recreação, jogos, brincadeiras entre outras atividades. (G.F., 2015).

Já, o II Encontro Estadual das Crianças Sem Terrinha da Paraíba ocorreu no ano de 1998, na Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa, especificamente, no espaço institucional do Curso de Educação Física (CCS). A Universidade (lócus), neste período, compreendia sete campi (João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras), e a proposta de ser sediada no Campus I foi no intuito de dá maior visibilidade as preocupações do Movimento Sem Terras, com as causas educacionais.

O III evento ocorreu no ano de 2000, novamente na Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Tecnologia. Sua estrutura foi montada em forma de acampamento no referido Centro e contou com a colaboração de professores/as e estudantes universitários voluntários, que se identificavam com a luta dos povos do campo.

De acordo com G.F., dirigente estadual do MST e responsável pelo setor de educação, o IV, o V e o VI Encontro Estadual dos Sem Terrinha ocorridos respectivamente, nos anos de 2001, 2002 e 2003 foram sediados na cidade de Cabedelo. Aí já percebemos que ocorreu a mudança de cidade. Uma das participantes mencionou que este município ofertara boa estrutura para o alojamento e efetivação das instalações do evento, uma vez que o movimento conseguiu ampliar a sua parceria com os dirigentes governamentais locais.

O VII Encontro Estadual dos Sem Terrinha da Paraíba foi realizado em 2010 na Escola Municipal Luiz Augusto Crispim, situada no Bairro dos Ipês em João Pessoa. Realizados nos dias 10, 11 e 12 de outubro, com tema “Os Sem Terrinha em Defesa da Educação do Campo”. Aqui marca o início da nossa participação enquanto estudante do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo). Nesse encontro o público atingiu a margem de 400 (quatrocentas) crianças. As oficinas foram

diversificadas e acompanhadas por várias equipes de universitários, professores/as, educadores sociais do movimento.

De acordo com o relato de experiência de Oliveira (2014) sobre o VII Encontro dos Sem Terrinhas de 2010,

Durante todo o dia 10 de outubro de 2010 estivemos com um grupo de vinte e cinco crianças da faixa etária de 09 a 12 anos, onde discutimos o tema “Os Sem Terrinha em Defesa da Educação do Campo”. O primeiro passo foi uma dinâmica de apresentação onde todos podemos nos apresentar e dizendo nome, a escola, e o assentamento de onde veio, depois falamos sobre a escola do campo, disseram como é a sua escola e discutimos a questão “Como é a escola ideal?”. Em seguida dialogamos sobre a produção agrícola e os animais que tinham nos assentamentos e iniciamos uma conversa sobre o clima e fizemos a relação com meio ambiente, em que realizamos uma oficina com material reciclado (OLIVEIRA, 2014, p.1).

Com isso podemos observar com se deu a participação dos estudantes comoicineiros e o processo de diálogo e reflexão com as crianças sobre a Educação do Campo e a Escola, Oliveira (2014), destaca sobre a oficina realizada no mesmo dia, e o processo de reflexão teórica para poder desenvolvê-la.

A oficina do brinquedo vai e vem, foram utilizadas garrafas pet, fios de varal, tesoura e fita adesiva, em seguida cada criança pode decorar seu novo brinquedo. Todo o dia da oficina foi pensado a partir da leitura e reflexão das obras de BATISTA (2009) com pesquisas e reflexões sobre o movimento social, CALDART (2004) com a formação pedagógica dos educadores do Campo e FREIRE (2010) com a educação popular, conscientização e relação dialógica, como resultados tivemos ótima interação, uma relação de aprendizagem dialógica permitindo a todos aprender com base na realidade, vivência e contribuição de cada um dos presentes, nos permitindo realizar a relação teoria e prática de forma inovadora com as crianças, permitindo dialogar as diferentes realidades em seus assentamentos e podemos fazer um resgate de brincadeiras e jogos alternativos, incentivar a reutilização e reciclagem, contribuindo na formação mútua dessas crianças e nos educadores, sendo essa formação e relação de grande significado para todos (OLIVEIRA, 2014, p.2).

Percebemos com esse relato que as ações permitiram aos educadores aprender com a realidade as diversas realidades das crianças Sem Terra, e compreendemos que a oficina realizada por meio de jogos e brincadeiras, trabalharam a questão do meio ambiente e a reciclagem com as crianças, ainda, segundo Oliveira (2014),

Conseguimos de forma lúdica trazer uma conscientização dos temas abordados, de forma que cada criança se via como parte de um todo que pode fazer a diferença. No dia seguinte socializamos as oficinas na plenária, foi o momento em que as crianças apresentaram o

resultado do dia anterior, foi interessante, pois percebemos que como foram elas que fizeram tinham muito carinho e orgulho ao apresentar o seu brinquedo. Observamos que em apenas um dia pode fazer a diferença na formação das crianças.

Percebemos, através dessa oficina ministrada no ano de 2010, que a ludicidade das oficinas ministradas pelos estudantes do Curso de Pedagogia Área de aprofundamento em Educação do Campo, a importância de trabalhar com o lúdico dentro das formações e os resultados positivos, tanto para os estudantes da UFPB, que tiveram essa oportunidade de trabalhar a teoria na prática com os Sem Terrinha; com também uma importante formação para os Sem Terrinha que puderam confeccionar seus próprios jogos e brinquedos, e sentiram orgulhosos por isso. Essa relação pedagógica existente foi uma relação dialógica, com a construção coletiva desse processo de conhecimento e com reflexão em torno da realidade, problemas, vivenciados pelas crianças e possíveis soluções.

Na foto 1 e 2, podemos observar as instalações e os participantes do VII Encontro.

FOTO 1 – VII Encontro dos Sem Terrinha



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

De acordo com o relato de experiência da educadora Majoris do movimento, proveniente do Sertão paraibano, participando pela primeira vez no Encontro dos Sem Terrinha, “é muito bom o encontro porque junta as crianças de vários assentamentos, e muitas são tímidas e quando chega aqui perdem a timidez, através do movimento, do Encontro e também pelo contato com outras crianças”.

Percebemos de acordo com educadora, a importância da interação e relação da crianças que são provenientes de diversas regiões do Estado e de diferentes acampamentos e assentamentos, esse processo ajuda as crianças a se relacionarem melhor e a se soltarem mais, estabelecem uma relação mais próxima e afetiva da crianças entre si.

Em 2011, o VIII Encontro dos Sem Terrinhas da Paraíba foi no Ginásio Poliesportivo Ronaldão em João Pessoa, com o tema, “Plantando e Colhendo Saberes: Os Sem Terrinha, a Agricultura Familiar Camponesa e a Educação do Campo”. Este foi o maior evento até a atualidade, pois atingiu o público de cerca de 700 (setecentas) crianças, e contou com 26 (vinte e seis) oficinas, sendo que 19 (dezenove) destas oficinas foram ministradas pelos estudantes do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo).

FOTO 2 – Oficinas no VIII Encontro dos Sem Terrinha



Fonte: Arquivo pessoal, 2011.

FOTO 3 – Plenária dos Sem Terrinha (VIII Encontro)



Fonte: Idem.

Para Carina de oito anos sobre o encontro, “aqui é muito maior que a minha escola, que é pequena, têm muito mais pessoas do que lá, o encontro é muito bom pra brincar e tenho novos amigos”.

Percebemos a importância dos encontros como espaço de formação para as crianças e de brincar, como também com espaço de formação para osicineiros e militantes do MST, pelas práticas realizadas e pelas trocas de experiências, interação e pelo diálogo vivenciado.

No ano de 2012 foi realizado o IX Encontro Estadual dos Sem Terrinha da Paraíba, no Lyceu Paraibano. Nesse evento, os estudantes de Pedagogia contribuíram com 17 (dezesete oficinas), para um público de 400 (quatrocentas) crianças. Vale salientar que nesse ano, conseguimos articular e envolver outros estudantes de cursos variados da UFPB, a exemplo dos estudantes dos Cursos de Serviço Social e Educação Física.

Já em 2013 o X Encontro Estadual dos Sem Terrinha da Paraíba, foram realizados em dois momentos primeiro no dia 12 de outubro, sendo o dia das crianças, no acampamento Wanderley Caixe, em Caaporã e no dia 25 de outubro na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, no Assentamento Tiradentes situado no município de Marí. Nos dois momentos atingiu cerca de 250 (duzentos e cinquenta) crianças. Sendo 100 (cem) no primeiro, dia da criança, e 150 (cento e cinquenta) crianças participantes no segundo momento.

Podemos observar nas fotos 4 e 5 algumas das vivências.

Na foto 4, observamos a estudante C.G da S. (Pedagogia) e a mestranda L.L (Educação/PPGE/UFPB) realizando uma oficina de contação de história, entre tantas outras que foram realizadas como: cantigas de roda, brincadeiras populares. Já na foto 5, observaremos o momento da abertura do evento.

Nesse ano o encontro foi diferenciado dos demais anos anteriores, pois, ao invés de as crianças irem a João Pessoa, osicineiros que foram até as crianças. Não foi um encontro que reuniu crianças de todo o Estado, mas permitiu a interação de acampamentos e assentamentos próximos, e possibilitou aosicineiros graduandos da UFPB, conhecerem de perto a realidade das crianças e perceberem de diferentes perspectivas com é estar em um acampamento e em um assentamento.

FOTO 4 – Dia da Criança – Acampamento Wanderley Caixe



Fonte: Arquivo pessoal, 2013.

A foto acima é do Acampamento Wanderley Caixe, que nesse mês está em situação de conflito pela permanência da terra, onde ocorreram confrontos pela terra e tinha sido expedido mandato judicial de despejo da área, foi importante nossas atividades nesse acampamento para dar visibilidade a tensão que os trabalhadores rurais sem Terra e suas crianças estavam passando, além de poder amenizar esse estresse com atividade lúdicas com as crianças.

Compreendemos portanto, a importância de estarmos presente nesse momento em que o movimento passava, tivemos a oportunidade de conhecer a realidade desse acampamento e de poder tranquilizar e acalmar as crianças e famílias dos trabalhadores que ali temiam a violência e exclusão de poder trabalhar com a terra.

FOTO 5 – Abertura do X Encontro dos Sem Terrinha



Fonte: Idem.

Para Orion de dez anos participando pela segunda vez do Encontro dos Sem Terrinhas, diz “que é bom porque aprendo as coisas brincando, gosto de vir, revejo meus amigos é muito bom [...] pretendo está nos próximos”

No segundo momento do evento, na cidade de Mari, as crianças realizaram oficinas em salas de aula e ao ar livre, na Escola Municipal Tiradentes, conhecida como escola padrão dos assentamentos paraibanos.

Na Escola Tiradentes, a temática era “Os Sem Terrinhas cultivando valores e Solidariedade”, onde a crianças escreveram cartas e poemas de apoio aos cinco presos cubanos, detidos nos Estado Unidos, que foram libertados no final do ano de 2014 com o retorno das negociações diplomáticas dos Estados Unidos e Cuba.

FOTO 6 – Ato das crianças solidárias aos cinco presos cubanos



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

FOTO 7 – Oficina lúdica em Mari



Fonte: Idem.

Em 2014 ocorreu o XI Encontro dos Sem Terrinhas paraibanos, concomitante ao XXV Encontro Estadual do MST da Paraíba, na cidade de Pitimbu, no assentamento Primeiro de Maio.

O público foi menor, apenas 90 (noventa) crianças. O movimento estava sem condições de estruturação para um público maior. Além disso, uma importante liderança local estava sendo sepultado, por ter sido vítima de bala perdida, o que sensibilizou bastante as pessoas envolvidas.

FOTO 8 – Oficina de culinária



Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

FOTO 9 – Oficina de corte, colagem e beleza.



Fonte: Idem.

Compreendemos, portanto, que os Encontros dos Sem Terrinhas constituem importante ação pedagógica na efetivação da Educação do Campo como política pública a resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que no Artigo 2º no Parágrafo único que; “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país”.

Portanto, podemos compreender que com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, reconhece as singularidades dos sujeitos do campo, respeita a singularidade das diferentes temporalidades no campo que o currículo de ser ajustado a ela.

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Percebemos a correlação e articulação que pode ser desenvolvida nas escolas do campo, na perspectiva de desenvolver uma sociedade mais justa e sustentável. Para Pires (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável tem incorporado múltiplas dimensões no que refere a ao desenvolvimento humano: econômica, social, política, cultural e ambiental; a socialização dos frutos do conhecimento, acesso igual às oportunidades, como também, a universalização a saúde, educação, nutrição, habitação. Para Fernandes (2011) o território do campo é espaço de liberdade e também de dominação, sendo território de expropriação e resistência, é de fundamental importância compreendermos isso para entendermos os espaços de enfrentamento entre a agricultura camponesa e o agronegócio, que para Pires (2012), o campo do agronegócio é o da monocultura, ou seja, da paisagem homogênea e simplificada e já o campo da agricultura familiar camponesa, é o campo da policultura, que tem a paisagem heterogênea e complexa sendo apoiada no saber local.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHAS

No ano de 2010, os estudantes do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo) foram convidados pela coordenação do Curso, na pessoa, da Coordenadora, a profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista, a participarem do VII Encontro Estadual dos Sem Terrinha. Esta experiência extracurricular nos possibilitaria ter contato direto com o movimento social, numa perspectiva de prática educativa, no campo da Educação Popular. Em nosso currículo, várias disciplinas já apontavam a necessidade de experimentarmos ações pedagógicas no campo da educação formal e não formal, que atendessem aos sujeitos do campo.

Nesse intuito, entre 2010 e 2014, cerca de cento e cinquenta estudantes deste Curso, já tiveram a oportunidade de participar, ao menos uma vez, dos Encontros. Para tanto, realizamos uma pesquisa com estudantes de períodos variados para saber sobre esta experiência.

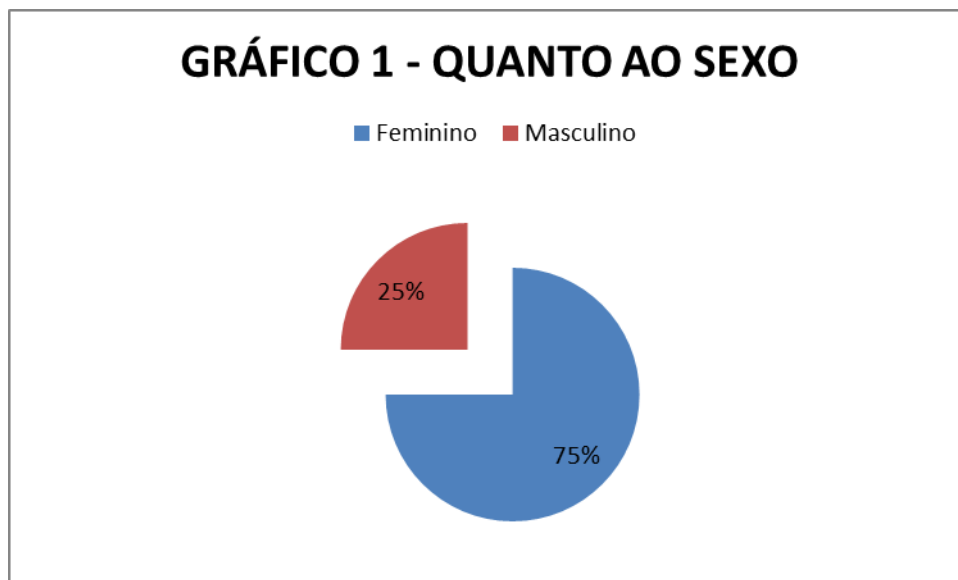
Aplicamos este instrumento a quatro estudantes, que iniciaram seus estudos nos seguintes períodos, de acordo com o quadro I:

QUADRO I – Período no Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo)	
Estudante A	2010.1
Estudante B	2009.2
Estudante C	2014.1
Estudante D	2009.2

Fonte: Dados sistematizados pelo pesquisador, 2015.

Podemos perceber que selecionamos dois estudantes do período 2009.2, turma pioneira, porque corresponde proporcionalmente, ao período que teve maior frequência de participação na organização e participação dos encontros.

Quanto ao sexo, três foram do sexo feminino e um do sexo masculino, conforme o gráfico I:



Fonte: Idem.

Como podemos observar setenta e cinco por cento são do sexo feminino. Essa maioria do sexo feminino também representa a realidade da feminização do magistério que é recorrente em nosso Curso de Pedagogia. Sem, no entanto, desconsiderarmos a participação masculina já visibilizada em nosso cotidiano, o que correspondeu em nossa amostra, vinte e cinco por cento. Porém, ainda são as mulheres que mais participam deste tipo de evento.

Já na faixa etária, observamos que as idades não possuem uma idade padrão, conforme mostra o quadro 2:

QUADRO II – Faixa Etária dos Estudantes do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo)	
Estudante A	27 ANOS
Estudante B	40 ANOS
Estudante C	27 ANOS
Estudante D	34 ANOS

Fonte: Idem.

Portanto, temos dois participantes na faixa etária dos vinte anos, um na dos trinta e um na dos quarenta anos. Essa também é uma tendência dos estudantes desse Curso, onde observamos estudantes com as mais variadas idades.

Ao indagarmos como se deu sua participação no Encontro dos Sem Terrinha da Paraíba, nas opções: observador / a ouicineiro / a. Todos os participantes (100%) disseram que realizaram oficinas. Para tanto, sempre anteriormente aos Encontros, estes estudantes se organizaram e realizaram um planejamento de suas temáticas nas oficinas.

Quando perguntamos sobre qual a sua temática / ação pedagógica na oficina ministrada, obtivemos as seguintes respostas no quadro III:

QUADRO III – TEMÁTICA / AÇÃO PEDAGÓGICA NA OFICINA MINISTRADA	
Estudante A	O Tema trabalhado foi a construção de jogos e brinquedos com material reciclado, trabalhando com o meio ambiente, a questão do lixo e como as realidades relatadas pelas crianças dos acampamentos e assentamentos do MST, como também o brincar com os brinquedos confeccionados pelas crianças
Estudante B	Trabalhamos com máscaras. Os Sem terrinha construíam suas próprias máscaras, por nós orientados. Também fui oficineira de pintura, onde orientamos os sem terrinhas a desenhar em um grande tecido um quadro representando o campo.
Estudante C	Ministrei juntamente com duas colegas bolsistas do PRONERA uma oficina de Letramento no Encontro dos Sem Terrinha, onde o objetivo principal era a troca de experiências com as crianças, além de estimular a leitura e a escrita das mesmas. Contamos uma história para as crianças e as mesmas recontavam o final da história de acordo com suas vivencias e experiências. Confeccionamos um álbum seriado com os diversos finais contados pelas crianças e por fim socializamos o álbum.
Estudante D	Resgatar as memórias dos assentamentos, como era e como está agora.

Fonte: Idem.

Podemos perceber, que a maioria dos estudantesicineiros trabalharam a partir da reflexão sobre a realidade dos Sem Terrinha, procurando trazer suas vivencias para a prática educativa. Destacamos também, as temáticas conscientizadoras como meio ambiente, a contação de história a partir da vivencia do Sem Terrinha, e o resgate das memórias dos assentamentos.

Outra questão relevante foi centrada no caráter da ludicidade das oficinas. Esta indagação possibilita percebermos a didática no processo dessa prática pedagógica especifica para atividades com o público infantil.

QUADRO IV – Em sua opinião, quais foram as oficinas mais atrativas, quanto à ludicidade?	
Estudante A	Oficina de brincadeiras de rodas e cantigas em 2010 Oficina de africanicidade com Kiriku Oficina de mascaras
Estudante B	Não me lembro das outras oficinas, porque ficava ocupada ministrando a minha, mas todas estavam lotadas de crianças.
Estudante C	A oficina de reciclagem e a de pintura.
Estudante D	Brincadeiras Pinturas Historicidade dos assentamentos

Fonte: Idem.

Constatamos, que as oficinas realizadas atenderam ao requisito da prática educativa, focada com uma variedade de metodologias lúdicas, no respeito aos saberes infantis. Possibilitaram temas da educação do campo, da educação ambiental e das atuais práticas educativas para as diversidades etnicorraciais. Estes conteúdos foram teorizados em diferentes disciplinas em nosso Curso, e no Encontro dos Sem Terrinha foram postos em prática através do lúdico.

E, por fim, questionamos sobre o resultado dessa experiência teórico prático na formação dos estudantes que tiveram essa oportunidade de trabalharem comoicineiros no Encontro dos Sem Terrinha.

QUADRO V – ESTA EXPERIÊNCIA LHE AMPLIOU CONHECIMENTOS NO CAMPO TEÓRICO / PRÁTICO SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO? Porquê.

Estudante A	Sim , porque tive a oportunidade de ter experiência prática, das teorias trabalhadas na sala de aula, aprendendo diferentes possibilidades de trabalhar e aprimorar a ação e a prática docente, e conhecer as diversas realidades dos acampamentos e assentamento do Estado, com a interação com as crianças; as formações anteriores aos encontros sempre contando com referenciais teóricos sobre educação popular e educação do campo, bem como, as informações diretamente do próprio movimento.
Estudante B	Sim , Porque pude entender melhor o modo de vida das crianças de vários acampamentos. A união de todos por uma só causa. Pude sentir o quanto eles se interessam por temáticas que os remetem ao seu cotidiano.
Estudante C	Sim , a troca de experiência durante a oficina me fez conhecer um pouco mais da realidade das crianças que moram nas áreas rurais, me permitiu colocar em prática a educação popular, que tanto aprendemos durante o curso, além de proporcionar o contato mais direto com a educação do campo.
Estudante D	Sim , porque por participar e conhecer o dia-a-dia dos assentamentos, e dos agricultores e das criança que são acampadas e assentadas.

Fonte: Idem.

Compreendemos que essa parceria entre universidade e movimentos sociais, resultaram em mútuos aprendizados. Em especial, trouxe elementos importantes no currículo do Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do

Campo, inquietando os estudantes a se aproximarem da realidade do campo, nessas atividades centradas em práticas populares. Muitos desses alunos atualmente realizaram ou estão realizando estágios de docência em escolas de assentamentos, por terem sido identificados com a relação teoria e prática.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) NOS ENCONTROS ESTADUAIS DAS CRIANÇAS SEM TERRINHAS

Neste item apresentamos os resultados da entrevista com a professora Maria do Socorro Xavier Batista, pesquisadora nas temáticas Educação do Campo, movimentos sociais e Coordenadora do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em educação do campo), no período de 2009 a 2013, que foi a responsável pela inserção dos estudantes no encontro dos Sem Terrinhas. Tudo começou no ano de 2010, com o intuito de instigar os estudantes a exercitarem mais a prática da pesquisa e das atividades extensionistas.

A entrevista constou de algumas questões abertas entre elas a primeira indagação foi sobre como iniciou a parceria entre a universidade e os movimentos sociais do campo, particularmente com o Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamentos em Educação do Campo, para desenvolver atividades conjuntas, como o Encontro dos Sem Terrinhas?

A parceria aqui do Centro de Educação com os movimentos sociais, tem início com o curso do PRONERA. Em 2007, fui procurada em pela CPT, com a proposta de fazer o Curso de Pedagogia dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA. Esse curso era destinado a formar educadores e pessoas oriundas dos assentamentos. A partir daí se estreitou essa ligação com a CPT, e com o MST. A minha aproximação se deu a partir de uma pesquisa que desenvolvi em 2006 que, era sobre os movimentos sociais, as lutas e concepções, a gente foi em uma escola do assentamento Zumbi dos Palmares, em Mari, assentamento vinculado ao MST. A partir de então eu passei a desenvolver uma pesquisa, e eu me propus a desenvolver algum projeto na escola e a partir de então eu passei três anos fazendo uma formação junto aos educadores dessa escola, de lá e depois acrescentou a do assentamento Tiradentes, projeto de pesquisa

e extensão com os educadores sobre a educação do campo. Com isso, foi estreitando os laços com o MST. Durante o curso com educadores da reforma agrária a gente começou a participar dos Encontros dos Sem Terrinhas, quando teve início esse curso de Pedagogia (área de aprofundamento em educação do Campo), em 2009 a gente já tinha começado a essa participação no MST e no Encontro das Crianças Sem Terrinhas, então logo no começo do curso, em outubro de 2010 já teve o encontro e algumas pessoas do curso já foram se envolvendo, aí isso foi se tornando uma coisa usual, a partir desse ano em diante todos os anos têm havido essa participação ativa dos estudantes, porque sempre tem tido alguns estudantes que se envolvem e que tomam um pouco a direção.

A professora também ressaltou a necessidade de os estudantes vivenciarem situações de união entre a teoria e a prática, de compreenderem as contradições presentes no meio rural, um olhar mais crítico sobre os movimentos sociais entre os motivos que justificam a participação dos estudantes nos encontros dos Sem Terrinha.

(...) é uma atividade que nós incentivamos enquanto coordenadora, porque o curso tem uma área de aprofundamento em educação do campo. Uma proposta de educação que nasceu dos movimentos sociais campo, para que o curso não fique só na teoria, mas que ele se envolva, que os estudantes tenham conhecimento prático sobre o campo e que se aproxime mais dos sentimentos de solidariedade, para que tenham uma compreensão política das contradições do campo, entendemos que através dos encontros das crianças sem terrinhas é um momento, que ao mesmo tempo é uma atividade pedagógica, que eles tem a oportunidade de desenvolver atividades lúdicas, mas também, educativa, nesses encontros das crianças sem terrinhas, e, é uma oportunidades para se aproximarem, dos movimentos, saber, mudar um pouco a ideia, porque geralmente os estudantes quando chegam no curso, a grande maioria, tem uma visão mais conservadora, que a mídia tenta passar, e que a sociedade, de uma ideologia conservadora, que denigre os movimentos, que acham que os movimentos são baderneiros, principalmente o MST, que eles fazem ocupações ilegais, que são violentos, então toda essa visão, essa carga negativa que existe, sobre os movimentos sociais, que quando eles chegam no curso vão tirando essa visão, porque vão estudando, na disciplinas de fundamentos sócio históricos, eles têm a oportunidade de estudar a questão agrária, de conhecer, as lutas dos movimentos sociais, ao longo da história brasileira, e isso, vai desmistificando, e dando a compreensão mais crítica, aos estudantes do que é essa questão agrária, e o que é movimento social, e como ele age etc.. e essa aproximação dos sem terrinhas, foi uma via, uma porta que a gente encontrou para fazer essa aproximação durante o curso. Também, os diversos projetos que eu tenho desenvolvido, tem sido em assentamentos, têm sido sempre atividades de pesquisa e extensão, que tenham alguma aproximação do movimento, e isso tem de certa

forma cada vez mais aproximado, os estudantes dessa realidade do campo. (M.S.X.B., 2015).

Conhecemos, dessa forma, que a trajetória e experiências anteriores da professora entrevistada, como o trabalho na escola Zumbi dos Palmares e Tiradentes, em Mari, e o PRONERA, que foi um Curso de Pedagogia, efetivado anteriormente e direcionado para jovens e adultos dos assentamentos, estreitou os laços entre esta pesquisadora e os movimentos sociais do campo, para atuarem em novos espaços educativos.

A segunda questão que abordamos na entrevista foi **como se deu a participação dos estudantes no Encontro dos Sem Terrinhas durante o período que você foi coordenadora?**

Essa participação dos estudantes tem ocorrido desde 2010, mas não é uma coisa oficial - embora tenha sido uma prática. Em geral o MST nos procura e nos convida a contribuir, eu com alguns os estudantes fazemos a divulgação e convidamos o conjunto dos estudantes do curso para uma reunião, onde são planejadas as atividades que serão realizadas no encontro. Tem anos que é mais organizado, em outros anos é menos organizado. Nos anos de 2013 e 2014 foi mais sistematizado, a gente tem feito uma coisa mais assim, sistemática porque a gente faz reuniões prévias, estuda sobre o movimento, discute algum texto, planeja as atividades, a gente tenta mostrar vídeos sobre o que é o encontro, qual o sentido desse encontro das crianças sem terrinhas. Nesses anos tem então, se tornado uma atividade mais acadêmica do que era no início que a gente só se dedicava a se preparar mais para as oficinas, ultimamente embora eu não seja mais coordenadora, todo ano continua havendo, e de certa forma eu sou um elo, entre os estudantes e o MST, pra fazer essa parceria, pra fazer esse encontro, para contribuir com esse encontro. Nós temos tentado fazer dar um sentido a essa atividade, ao mesmo tempo acadêmica, ao mesmo tempo política, de aliança com os movimentos sociais e, também, educativa, porque os estudantes vão pra lá e vão desenvolver oficinas de pintura de vídeo, de brincadeiras populares, de desenho, são variadas de acordo com suas habilidades, de dança de brincadeiras populares que temos tentado reunir e tenta reavivar na cabeça das crianças essas brincadeiras populares e, isso tem feito com que os estudantes também brinquem um pouco, que eles se reencontrem um pouco com a infância deles.

A professora destacou o encontro dos sem terrinha no ano de 2013, por ter ocorrido em um acampamento e em um assentamento, possibilitando aos estudantes conhecer mais de perto o processo de luta dos Sem Terra.

No ano de 2013 achei bastante significativo, porque o encontro não ocorreu em João Pessoa e se subdividiu, ocorrendo no acampamento Wanderley Caixe e no assentamento Tiradentes, em Mari-Pb. Foi interessante porque nos anos anteriores o encontro era aqui em João Pessoa em uma escola, então as crianças vinham até aqui, mas, foi em 2013 a gente, fez no acampamento, uma vez, que aqui na Paraíba tem vários acampamentos. Foi um momento mais significativo porque os estudantes tiveram oportunidade de conhecer de perto como é um acampamento, de uma presença, de um conhecimento mais próximo, de os estudantes chegarem no acampamento e conhecerem o que é isso, com a vida dos trabalhadores, e nesse momento de luta, de acampamento, então esse momento eles tiveram, até mais um conhecimento direto, do que é uma luta por terra, das condições de vida dos trabalhadores enfrentam, mas mesmo assim, foi notado assim, com foi, como é a vida, a alegria das crianças, que mesmo em condições tão adversas, eles puderam vivenciar, se aproximar das crianças e ver que mesmo nessa situação tão dura de vida as crianças brincam, as crianças vivem uma infância, aparentemente feliz naquele momento, em que os estudantes vão lá, trabalhar, brincar com elas, então a gente tem, os encontros tem sido assim, a gente planeja, faz reuniões, e de acordo com a habilidade de cada um.

É importante também destacar a participação de estudantes de outros cursos nos encontros dos Sem Terrinha.

[...] inclusive nos últimos anos a gente tem feito, parceiras com outros cursos, de geografia, de serviço social, então tem havido um intercâmbio também.

A professora destacou que a participação dos estudantes nos encontros dos sem terrinha tem proporcionado uma aproximação e envolvimento de alguns estudantes do MST, levando-os a participar de eventos do movimento como do VI Congresso que ocorreu em Brasília, em 2014, e até contribuindo com o Setor de Educação do MST na Paraíba, em projetos de educação desenvolvidos e acompanhados pelo MST.

e essa aproximação com os movimentos inclusive já fez com que estudantes do curso, tenham participado de um programa chamado estágio de vivência, que eles vão que é organizado por algumas universidades e movimentos sociais, que eles ficaram durante dias vivendo em um assentamento, e isso, tem gerado essas aproximações, também já tem feito, que alguns estudantes se engajem na luta, a exemplo de você né Gabriel, que tem se engajado e desenvolvido, Leidson e Kamila, que estão até atuando no setor de educação do MST, contribuindo com eles lá e com alguns programas que eles tem, e isso tem feito, com que eles tenham havido um estreitamento, é claro que não são todos os estudantes que continuam com essa aproximação, mas os estudantes mais militantes, que tem mais uma

compreensão política, e participação política eles se engajam muito mais [...]. (Idem).

Em novo questionamento, perguntamos sobre quais as contribuições para o Curso, para os estudantes e para o movimento? E, como, esse tipo de atividades extracurriculares (Encontro dos Sem Terrinha) possibilitou reflexões a respeito da aproximação com os movimentos, no Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamentos em Educação do Campo?

A gente tem essa compreensão na formação dos estudantes tem chamado a atenção de alguns e realmente acabam se engajando, e contribuindo, e vários estudantes que participaram do congresso,, do sexto congresso, do MST em 2013, então a gente tem tido uma, aproximação isso eu acho que tem agora, essa situação poderia ser, mais institucional, entendeu, deveria ser mais institucionalizado, haver um espaço, criar uma coisa que fosse uma constante, que fosse uma coisa realmente institucional, que fizesse parte, uma espécie de estágio de vivência dos estudantes, e que fosse uma coisa regular, que a gente poderia pensar porque tem na estrutura curricular do curso, os conteúdo flexíveis, que o estudante consegue, créditos através da participação de eventos, em projetos científicos e etc.. a gente poderia pensar uma forma de torna essa ação mais institucionalizada, porque eu acho um espaço importante, de formação política, para os estudantes, com também, acho o espaço importante para o movimento, essa participação dos estudantes da universidade, nesse encontro da crianças sem terra, e acho que ela é importante tanto para a formação política quanto para a formação acadêmica. (Idem).

Para a professora Maria do Socorro Xavier Batista as oficinas pedagógicas são práticas educativas, porque os estudantes estimulam suas habilidades, buscam aprender mais sobre brincadeiras, danças e jogos, isso estimula uma formação com os estudantes e contribui na didática e na metodologia *a posteriori* em sala de aula.

Podemos compreender a partir da entrevista com a então coordenadora do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo), a questão do brincar, onde os estudantes brincam e trabalha seu lado criança, sendo importante quando o estudante se encontra enquanto criança, isso possibilita a humanização do estudante, estando em contato mais próximo enquanto criança, isso facilitará a utilização de métodos com mais ludicidade dentro do processo de ensino aprendizagem.

Percebemos pela análise da professora, a importância do X Encontro Estadual dos Sem Terrinhas em 2013, que foram realizados nos dias 12 de outubro no acampamento Wanderley Caixe em Caaporã e no dia 25 no Assentamento Tiradentes em Mari, pois nesse ano as crianças sem terrinhas não vieram a João Pessoa e sim os estudantes da Universidade Federal Paraíba foram respectivamente no acampamento e no assentamento do MST, permitindo ter o contato com a realidade local dos Sem Terrinhas e compreender *in locu* os conflitos, as necessidades, dificuldade e especificidades em diversos momentos com as crianças, dirigentes, educadores do movimento e conversas com os trabalhadores rurais.

Portanto, a teoria que vimos nas disciplinas, nesse Encontro tivemos a oportunidade de ver, debater, a questão agrária, educação, alimentação e experiências exitosas e dificuldades, tivemos essa experiência no local, a práxis de poder debater isso na sala de aula, no acampamento e depois retornar a aula, no planejamento com o grupo e fazer a avaliação e reavaliar com o movimento, é importante no processo de assimilação do conhecimento e apropriação da realidade vivenciadas pelo trabalhadores rurais e as crianças sem terrinhas.

Constatamos nas reflexões da professora, sobre atuação dos estudantes dentro do próprio movimento, na articulação e organização de eventos, atuando dentro do setor de educação do movimento MST da Paraíba e em projetos, isso também devido politização dos estudantes uns mais militantes e engajados na luta e com uma participação política mais acentuada.

Compreendemos com a entrevista, que os Encontros dos Sem Terrinhas, é de fundamental importância para a formação dos estudantes do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo) pela teoria da formação e planejamento e também pela prática docente e a compreensão da realidade das crianças e do movimento, também a professora considera essa parceria importante para os estudantes e a Universidade como também para o próprio movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou tematizar a Formação de Crianças Sem Terrinha, e a relevância educativa/formativa para os estudantes de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo) desenvolvida através dos Encontros Estaduais dos Sem Terrinha.

Partimos da análise de que as Cirandas Infantis constituem um espaço político pedagógico itinerante e processual colocado através de vivências que envolvem diferentes saberes simbólicos numa dinâmica focada no tempo-espaço da criança que é oriunda do campo, e que é integrada às famílias que organizaram um espaço de constante luta por direitos e dignidade com a terra.

Seguimos uma discussão teórica conceituando e contextualizando os sujeitos envolvidos, numa perspectiva da educação popular e dos movimentos sociais.

Realizamos um diálogo e uma vivência, nos últimos quatro anos com as aprendizagens desenvolvidas no processo de organização e ação pedagógica focalizadas nos Encontros Estaduais dos Sem Terrinhas.

Para apreender a complexidade desta aprendizagem refletimos sobre esta experiência e sobre a experiência de outros estudantes e colaboradores envolvidos.

Entendemos que existe uma diversidade de metodologias próprias dos saberes das crianças e outras dos adultos participantes em movimentos sociais. É que, estas abordagens são caminhos ainda a serem aperfeiçoados à luz da Pedagogia do Movimento em consonância com práticas educativas específicas da infância.

Sendo assim, pensar na contribuição que os Encontros dos Sem Terrinhas têm na formação política humana e acadêmica para os estudantes do Curso de Pedagogia (área de aprofundamento em Educação do Campo), permitindo conhecer as temporalidades, especificidades e realidade local, suas questões sociais e relações de conflitos pela terra

e por seus direitos, colabora na melhoria da compreensão teórica da Educação do Campo e na ação pedagógica e na prática docente.

Para que os Encontros e as parceiras dos movimentos sociais possam contribuir de forma mais exitosa, as articulações e parceiras devem ser mais institucionalizadas dentro da academia, da instituição Universidade, do Centro de Educação, traria mais projetos e benefícios à prática educativa e formativa dos estudantes, possibilitando também maior extensão universitária.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ismael Xavier de. SILVA, Severino Bezerra da. **Educação do Campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel Gonzales. Palestra sobre “Educação e Movimentos e Sociais”. In: ARROYO, Miguel Gonzales; FERNANDES, Bernardo Maçano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF, 1999. p. 9-26. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 2).

_____. **Apresentação do livro: Educação do campo – propostas e práticas pedagógicas do MST**. Maria Antônia de Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004. p. 54-62. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5).

BATISTA, Maria do Socorro Xavier, **Educação Popular em Movimentos Sociais: construindo concepções e práticas educativas emancipatórias**. In: Educação Popular (org.) XAVIER NETO, Lauro Pires. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 2007.

BRASIL. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE /CEB nº 1, abril 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, abril de 2002.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Catagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 5.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **MULHERES NA TERRA: o protagonismo feminino como fonte de luta, memória e aprendizagem**. In Educação Popular (org.) Xavier Neto, Lauro Pires. Ed. Âmbito Cultural Edições, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Revista Brasileira de Educação. **Movimentos sociais na contemporaneidade** disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado dia 05 de fevereiro de 2015. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

LIMA, Lucileide Paz Ferreira de. **A 1ª turma do curso de Licenciatura em Pedagogia do PRONERA da UFPB (2007-2011):** contribuições para o desenvolvimento nos assentamentos. João Pessoa, 2013.

MARINHO, Ernandes. **Um Olhar sobre a Educação Rural Brasileira**. Brasília: Ed. Universa, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio de pesquisa social**. 2º ed., Petrópolis, Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Gabriel Taciano de. Educação do Campo: **Trabalhando com reciclagem e a relação pedagógica com as crianças do MST**. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_4datahora_11_08_2014_14_43_43_idinscrito_3166_0e1c564f006a48554905b1813c0777c1. Acessado 05 de março de 2014.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo; ED. Expressão Popular, 2000.

ROSSETO, Edna Rodrigues Araújo; SILVA, Flávia Tereza de. Ciranda Infantil. In.: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Paula Soares da; FELIPE, Eliana da Silva; RAMOS, Márcia Mara. Infância do Campo. In.: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

XAVIER NETO, Lauro Pires. In Educação Popular (org.) XAVIER NETO, Lauro Pires. Ed. Âmbito Cultural Edições, 2007.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) PARTICIPANTES NOS ENCONTROS ESTADUAIS DOS SEM TERRINHA (2010-2014)

Questionário

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Período: _____

1) Como se deu sua participação no Encontro dos Sem Terrinha da Paraíba,

() observador / a

() oficineiro / a

Se, você foi oficineiro / a, qual a sua temática / ação pedagógica?

3) Em sua opinião, quais foram as oficinas mais atrativas, quanto à ludicidade?

4) Esta experiência lhe ampliou conhecimentos no campo teórico / prático sobre educação do campo?

() Sim

() Não

Porquê? _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À COORDENADORA DO CURSO DE PEDAGOGIA (ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO)

1. Como iniciou a parceria entre a universidade e os movimentos sociais do campo, particularmente com o Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamentos em Educação do Campo, para desenvolver atividades conjuntas, como o Encontro dos Sem Terrinha?
2. Como foi a participação dos estudantes no Encontro dos Sem Terrinha durante o período que você foi coordenadora?
3. Quais as contribuições para o Curso, para os estudantes e para o movimento?
4. Esse tipo de atividades extracurriculares (Encontro dos Sem Terrinha) possibilitou reflexões a respeito da aproximação com os movimentos, no Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamentos em Educação do Campo?